



# Avaliação do *Triple Bottom Line* (TBL) em uma cooperativa de trabalho na área de saúde

Theives Taine Feliz da Silva de Andrade<sup>1</sup>

Manoela Silveira dos Santos<sup>2</sup>

Aline Dario Silveira<sup>3</sup>

Marcelo Roger Meneghatti<sup>4</sup>

Recebido em: 23-11-2023

Aceito em: 22-06-2024

## Resumo

Esta pesquisa concentra-se na área da sustentabilidade organizacional e teve como objetivo avaliar as ações de sustentabilidade realizadas por uma cooperativa do segmento de trabalho, na área da saúde, e classificá-las dentro das três dimensões do *Triple Bottom Line* (TBL). Trata-se de uma pesquisa descritiva e documental, para a análise utilizou-se o instrumento de Política Ambiental Empresarial (PAE), construído com base no art. 5.2, da ISO 14.001 e nos princípios do documento *Business Charter for Sustainable Development*, desenvolvido pela Câmara de Comércio Internacional (CCI), em 1990. Conclui-se que a cooperativa contempla em sua política de sustentabilidade de maneira satisfatória os aspectos social e ambiental, demonstrando a necessidade de maior atenção aos processos estratégicos de gestão, para apresentação de mais soluções para o desenvolvimento da sustentabilidade econômica da cooperativa. Como contribuições do estudo, foram identificadas a necessidade de maior investimento na comunicação das ações de sustentabilidade aos *stakeholders* e a necessidade de maiores investimentos no desenvolvimento do eixo sustentabilidade econômica, que apresentou o menor número de projetos no relatório de sustentabilidade de 2020.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade. Gestão ambiental. Cooperativa. Política ambiental empresarial (PAE).

## *Triple Bottom Line evaluation in a health work cooperative*

### Abstract

*This research focuses on the area of organizational sustainability and aims to evaluate the sustainability actions carried out by a cooperative in the health sector and classify them within the three dimensions of the Triple Bottom Line (TBL). It is a descriptive and documentary research. For the analysis, the Corporate Environmental Policy (PAE) instrument was used, built on the basis of art. 5.2 of ISO 14001 and the principles of the document Business Charter for Sustainable Development, developed by the International Chamber of Commerce (ICC) in 1990. The study concludes that the cooperative satisfactorily contemplates social and environmental aspects in its sustainability policy, demonstrating the need for greater attention to strategic management processes to present more solutions for the development of the cooperative's economic sustainability. As contributions to the study, the need for greater investment in communicating sustainability actions to stakeholders and the need for more investments in the development of the economic sustainability axis were identified. The latter presented the lowest number of projects in the 2020 sustainability report.*

**Keywords:** Sustainability. Environmental management. Cooperative. Corporate Environmental Policy (PAE).

<sup>1</sup> Mestrado em Administração (Unioeste). Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

Email: [theivesandrade@hotmail.com](mailto:theivesandrade@hotmail.com)

<sup>2</sup> Doutorado em Administração (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Gestão e Sustentabilidade da Unioeste. Email: [manoela.santos@unioeste.br](mailto:manoela.santos@unioeste.br)

<sup>3</sup> Doutorado em Administração (Positivo). Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Email: [aline.silveira@unioeste.br](mailto:aline.silveira@unioeste.br)

<sup>4</sup> Doutorado em Administração (UNINOVE). Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Email: [frmeneghatti@hotmail.com](mailto:frmeneghatti@hotmail.com)

## 1 Introdução

A finitude dos recursos naturais e a exploração desenfreada deles, despertou a necessidade da busca por equilíbrio em todos os processos produtivos da sociedade. Em meados dos anos 80, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no Relatório Futuro Comum (1987), descreveu a sustentabilidade como um processo para garantir que as futuras gerações possuam condições equilibradas de vida no planeta. O termo deixa de ser uma palavra exclusiva do vocabulário dos ambientalistas e passa a fazer parte da pauta das empresas que procuram modelos mais equilibrados de desenvolvimento.

O movimento e as constantes pesquisas na área da sustentabilidade (Sachs, 1993; Donaire, 1999; Elkington, 1997, 1998; 2012; Castells, 2000; Van Bellen, 2010; Sachs, 2002; Almeida, 2002; Ashley *et al.*, 2002; Tachizawa, 2002; Barbieri, 2009) permitiram a evolução do conceito, possibilitando que sua complexidade fosse esmiuçada e classificada em diferentes dimensões, tornando evidente sua conexão com distintas esferas da sociedade, em um modelo chamado *Triple Bottom Line (TBL)* (Elkington, 1997), que passa a discutir o assunto a partir das dimensões ambiental, social e econômico.

O cuidado com o equilíbrio do ecossistema social torna-se pauta obrigatória e faz com que grandes corporações voltem seus olhares para ações que promovam o bem-estar das pessoas, o cuidado com o meio ambiente e formas mais limpas de produção. As organizações passam a incluir em seus planejamentos estratégicos medidas práticas voltadas a sustentabilidade, e os relatórios públicos passam a ser o caminho para dar visibilidade a essas iniciativas (Silva, 2015).

Nesse contexto está inserida a Unimed, uma cooperativa do segmento de trabalho, na área da saúde, que tem 49 anos de história, 1310 colaboradores e atua em 25 cidades do Paraná. A cooperativa possui uma política de sustentabilidade e divulga as ações em relatórios anuais, como uma prestação de contas aos cooperados e a sociedade. Embora ela possua ações regulares de difusão da sustentabilidade, pautados na política da organização, não há nos relatórios uma divisão clara entre as ações no que se refere aos três aspectos principais: ambiental, social e econômico, todas são apresentadas conjuntamente. Desta problemática, surge a questão: quais ações desenvolvidas pela cooperativa confirmam o atendimento do *Triple Bottom Line (TCL)* e como o tripé é contemplado no que se refere a divisão dessas ações?

Assim, esse estudo tem como objetivo avaliar as ações de sustentabilidade realizadas por uma cooperativa do segmento de trabalho, na área da saúde, nas três dimensões do TBL. Essa

pesquisa justifica-se por produzir evidências efetivas sobre as práticas de sustentabilidade na empresa fornecendo informação que permitam o desenvolvimento de aspectos parcialmente atendidos ou não contemplados na política de sustentabilidade da organização.

## 2 Revisão teórica

### 2.1 *Triple bottom line (TBL)*

O *Triple Bottom Line (TBL)*, ou tripé da sustentabilidade, apresenta uma classificação para as ações sustentáveis, indicando que o processo envolve diversos atores e setores, que vão muito além da dimensão das questões relativas à preservação do meio ambiente, com uma proposta de olhar sistêmico. O tripé funciona como um elo de interdependência entre a sociedade e o ecossistema global (Barbieri, Cajazeira, 2010), passando a ser uma forma de interpretação da sustentabilidade, colocando os três aspectos em condições de igual importância na tomada de decisões (Pope *et al.*, 2004).

Essa ampliação do entendimento do conceito de sustentabilidade passou a fazer parte de estratégias empresariais no âmbito da inovação e geração de valor (Elkington, 1997). As práticas sustentáveis passaram a ser cobradas por um sistema social, em uma espécie de pressão, o que acelerou a adaptação das organizações, como definem Meyer e Rowan, na Teoria Institucional, em 1977 (Kleindorfer *et al.*, 2005; Dimaggio, Powell, 2007; Barbieri, 2010). Dessa forma, surge o conceito de sustentabilidade organizacional (Cirelli, Kassai, 2010).

Do ponto de vista sistêmico, a interação entre as três bases do tripé deve acontecer de modo a promover uma sinergia estrutural, dando condições para uma tomada de decisão estratégica que leve a uma maior eficácia nas suas ações e operações e a sustentabilidade corporativa por meio dos aspectos: social, ambiental e econômico (Elkington, Fennell, 1998). Uma empresa sustentável é, portanto, uma organização que não dimensiona o sucesso pautada apenas no resultado financeiro, considera também o cumprimento de aspectos ambientais, éticos e sociais (Norman, Macdonald, 2004).

### 2.2 Sustentabilidade social

O aspecto social da *Triple Bottom Line* traz à tona a importância das pessoas como agentes de transformação e principais interessados nos benefícios de um modelo sustentável. Essa

dimensão aborda o bem-estar social por meio de processos que promovam equidade na distribuição de renda e bens, ampliando os direitos e promovendo condições que reduzam a distância entre os padrões de vida das pessoas (Barbieri, Cajazeira, 2009).

No que se refere ao ambiente organizacional, a dimensão social da sustentabilidade pode ser compreendida como a promoção de um ambiente equilibrado e inclusivo, adequado as exigências trabalhistas legais, com salários justos, bem-estar, lazer e promoção da saúde dos que ali atuam e dos seus familiares (Aspinall, Cukier, Doberstein, 2011; Pereira, 2014;). Elkington (2012) complementa, destacando também que é responsabilidade das organizações desenvolver habilidades do capital humano, por meio da educação. A sustentabilidade social deve então motivar a busca permanente por atualização do modo como a gestão de pessoas atua, tendo em vista a necessidade de trabalhar aspectos psicológicos organizacionais que tratem dos problemas complexos da sustentabilidade (Galleli, Hourneaux Junior, 2019). Cabe ainda registrar a importância de a sustentabilidade social fazer parte da estratégia da organização, com metas e objetivos, estimulando e promovendo a adoção de rotinas, comportamentos e hábitos (Jarzabkowski, 2003; 2005).

Também é fundamental destacar o compromisso das empresas com as comunidades, do ponto de vista econômico, por meio da geração de emprego e renda, bem como projetos de melhoria da qualidade de vida das pessoas (Pereira, 2014). A criação de uma sociedade sustentável passa por essa proposta de criação de valor que envolve todas as partes envolvidas com a empresa e sustenta o desenvolvimento do agora, de modo que o atendimento das necessidades futuras não seja comprometido (Munck *et al.*, 2013).

### 2.3 Sustentabilidade ambiental

A perspectiva ambiental está diretamente ligada a manutenção dos recursos naturais, para manter condições de vida para as futuras gerações. Esse aspecto tem norteado as discussões desde a formalização no relatório “Nosso Futuro Comum”, desenvolvido pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em 1987. A compreensão é que o desenvolvimento econômico precisa acontecer de maneira conectada a conservação dos recursos naturais, com o compartilhamento equitativo (Sato, Carvalho, 2005).

Tendo em vista que toda atividade econômica causa impacto negativo, em maior ou menor grau, é uma responsabilidade das organizações encontrar caminhos para mitigar esses prejuízos (Pereira, 2014). Nesse contexto, ganha importância a definição de que negócio

sustentável é aquele cujo modelo permite autossustentar, não esgotando com o passar do tempo (Philippi, 2001).

A questão vai além do atendimento da legislação vigente, passa ainda por discussões éticas, tendo em vista que a deterioração do meio ambiente, pobreza e desigualdade social crescentes no mundo. Uma situação-limite que demonstra a necessidade da construção de uma racionalidade ambiental que integre condições ecológicas de produção sustentável aos processos com formas diversas de organização cultural (Leff, 2006).

No aspecto prático, buscar recursos renováveis para substituir os não-renováveis, trocar insumos tóxicos por não-tóxicos, diminuir a emissão de poluentes, preservar a biodiversidade (Barbieri, Cajazeira, 2009), reduzir a emissão de efluentes líquidos e resíduos sólidos, diminuir o consumo de recursos hídricos e energéticos, criar estratégias e ações de reciclagem e conectar esse compromisso da organização com as de seus fornecedores, exigindo, se for o caso (de Araújo *et al.*, 2006).

#### 2.4 Sustentabilidade econômica

É necessário reconhecer que os resultados financeiros são fator determinante para a continuidade de um negócio, porém, não é o único. A sustentabilidade, que está diretamente ligada a longevidade e aos impactos provocados pela organização, demonstra a necessidade de olhar para fatores como a capacidade de produzir algo cujos recursos não sejam finitos, por isso, a gestão eficiente dos recursos também é fundamental (Barbieri, Cajazeira, 2009).

Essa pesquisa não tem por objetivo aprofundar a discussão sobre mecanismos que possibilitem uma solução para a sustentabilidade ambiental, porém, é fundamental apresentar algumas discussões sobre o tema, com a intenção de manter viva a reflexão sobre a importância desse tema. Ao refletir sobre o custo ambiental do consumismo exacerbado, questões como estado estacionário e redução do consumo em sociedades de consumo ainda dividem opiniões. Pesquisas ao redor do mundo propõe soluções técnicas para um caminho do meio. A formulação de políticas macroeconômicas, para desenvolvermos uma macroeconomia ambiental, é uma delas (Romeiro, 2012). Outras medidas discutidas são: o equilíbrio entre investimento e consumo; alteração da natureza e condições do investimento; aumento da participação e alocação de recursos públicos; aumento das restrições ambientais e do emprego; por meio da diminuição da jornada de trabalho e promoção de uma reforma tributária neutra que penaliza o uso intensivo de recursos naturais (Victor, 2008; Jackson, 2009; Romeiro, 2012).

Em um nível micro, a questão passa por uma mudança de pensamento de consumo individual. Ao falarmos sobre sustentabilidade econômica, também é importante destacar o valor monetário de uma marca sustentável. Em uma sociedade que caminha para uma maior conscientização sobre a importância de um modelo que promova equilíbrio entre consumo e ecologia, a valorização dos produtos ambientalmente corretos também passa a ser gradativamente maior. Essa exigência do mercado pode ajudar a promover uma economia mais limpa, circular e mais justa. Mas isso tem um custo, por isso a necessidade de utilizar publicidade e rotulagem apropriada para estimular consumidores dispostos a pagar mais por produtos sustentáveis (ICC, 2020).

Embora existam, de fato, vantagens competitivas e mercadológicas relacionadas aos produtos com selo verde, a discussão sobre sustentabilidade econômica envolve outros valores; são necessidades que se sobrepõe ao aumento do faturamento das organizações ou o bem-estar individual. A determinação de uma escala sustentável envolve um compromisso com a solidariedade com a nossa e com as futuras gerações (Romeiro, 2012). Diante da necessidade de avaliar as ações de sustentabilidade realizadas nas organizações, a utilização de ferramentas como os Princípios Gerais de Gestão Ambiental da Câmara de Comércio Internacional (CCI) (Donaire, 1999) e as recomendações de Tachizawa (2002) para a gestão ambiental tornam-se aliadas no processo de acompanhamento, identificação de lacunas e implantação de melhorias.

### **3 Política ambiental empresarial**

A Política ambiental empresarial (PAE) foi elaborada com base no item 5.2 da ISO 14001: 2015 (ABNT, 2015), nos Princípios Gerais de Gestão Ambiental da Câmara de Comércio Internacional (CCI) para a gestão ambiental nas organizações (Donaire, 1999), e nas recomendações de Tachizawa (2002). O instrumento permitiu estratificar as ações do relatório de sustentabilidade de modo a facilitar a categorização das ações em Ambiental, Social e Econômica (*Triple Bottom Line*).

No que se refere a ISO, o Checklist considerou, os requisitos: (1) A alta direção deve estabelecer, implementar e manter uma política ambiental que, dentro do escopo definido em seu sistema de gestão ambiental: a) Seja apropriada ao propósito e ao contexto da organização, incluindo a natureza, escala e impactos ambientais das suas atividades, produtos e serviços; b) Proveja uma estrutura para o estabelecimento dos objetivos ambientais; c) Inclua um comprometimento com a proteção do meio ambiente, incluindo a prevenção da poluição e

outro(s) compromisso(s) específico(s) pertinente(s) para o contexto da organização; d) Inclua um comprometimento em atender os seus requisitos legais e outros requisitos; e) Inclua um comprometimento com a melhoria contínua do sistema de gestão ambiental para aumentar o desempenho ambiental (ABNT, 2015).

No que se refere da CCI, foram considerados os dezesseis princípios do documento *Business Charter for Sustainable Development*, lançado em 1990, que indica caminhos para a gestão ambiental, sendo eles: (1) Prioridade Organizacional, que estabelecer políticas, programas e práticas no desenvolvimento das operações voltadas para a questão ambiental. Reconhecer que ela é a questão-chave e prioridade da empresa; (2) Gestão Integrada, que integra políticas, programas e práticas ambientais em todos os negócios como elementos indispensáveis de administração em todas suas funções; (3) Processos de Melhoria, continuar melhorando as políticas corporativas, os programas e performance ambiental, tanto no mercado interno quanto externo, levando em conta o desenvolvimento tecnológico, o conhecimento científico, as necessidades dos consumidores e os anseios da comunidade, como ponto de partida das regulamentações ambientais; (4) Educação do Pessoal, que prevê educar, treinar e motivar o pessoal no sentido de que possam desempenhar suas tarefas de forma responsável com relação ao ambiente; (5) Prioridade de Enfoque, que considera as repercussões ambientais antes de iniciar nova atividade ou projeto e antes de instalar novos equipamentos e instalações ou de abandonar alguma unidade produtiva; (6) Produtos e Serviços, para desenvolver e produzir produtos e serviços que não sejam agressivos ao ambiente e que sejam seguros em sua utilização e consumo, que sejam eficientes no consumo de energia e de recursos naturais e que possam ser reciclados, reutilizados e armazenados de forma segura; (7) Orientação ao Consumidor, para orientar e, se necessário, educar consumidores, distribuidores e o público em geral sobre o correto e seguro uso, transporte, armazenagem e descarte dos produtos produzidos. (8) Equipamentos e Operacionalização, para desenvolver, desenhar e operar máquinas e equipamentos levando em conta o eficiente uso da água, energia e matérias-primas, o uso sustentável dos recursos renováveis, a minimização dos impactos negativos ao ambiente e a geração de poluição e o uso responsável e seguro dos resíduos existentes; (9) pesquisa, para conduzir ou apoiar projetos de pesquisas que estudem os impactos ambientais das matérias-primas, produtos, processos, emissões e resíduos associados ao processo produtivo da empresa, visando à minimização de seus efeitos; (10) Enfoque Preventivo, para modificar a manufatura e o uso de produtos ou serviços e mesmo os processos produtivos, de forma consistente com os mais modernos conhecimentos técnicos e científicos, no sentido de prevenir as sérias e

irreversíveis degradações do meio ambiente; (11) Fornecedores e Subcontratados, para promover a adoção dos princípios ambientais da empresa junto aos subcontratados e fornecedores encorajando e assegurando, sempre que possível, melhoramentos em suas atividades, de modo que elas sejam uma extensão das normas utilizadas pela empresa; (12) Planos de Emergência, para desenvolver e manter, nas áreas de risco potencial, planos de emergência idealizados em conjunto entre os setores da empresa envolvidos, os órgãos governamentais e a comunidade local, reconhecendo a repercussão de eventuais acidentes; (13) Transferência de Tecnologia, para contribuir na disseminação e transferência das tecnologias e métodos de gestão que sejam amigáveis ao meio ambiente junto aos setores privado e público; (14) Contribuição ao Esforço Comum, para contribuir no desenvolvimento de políticas públicas e privadas, de programas governamentais e iniciativas educacionais que visem à preservação do meio ambiente; (15) Transparência de Atitude, para propiciar transparência e diálogo com a comunidade interna e externa, antecipando e respondendo a suas preocupações em relação aos riscos potenciais e impacto das operações, produtos e resíduos; (16) Atendimento e Divulgação, para medir a performance ambiental. Conduzir auditorias ambientais regulares e averiguar se os padrões da empresa cumprem os valores estabelecidos na legislação. Prover periodicamente informações apropriadas para a alta administração, acionistas, empregados, autoridades e o público em geral (CCI, 1990).

#### **4 Os sete princípios do Cooperativismo**

O movimento cooperativista surgiu no contexto da Primeira Revolução industrial, entre 1760 e 1850, na Inglaterra. O país vivia o surgimento das indústrias, a consolidação da formação do capitalismo e a polarização protagonizada por burgueses e o proletariado. O cooperativismo nasceu com a união dos trabalhadores para conquistar as mudanças sociais mais urgentes, configurando-se como uma estrutura socioeconômica de sustentação a esses grupos (Lasserre, 1972; Schneider, 2012).

As cooperativas são organizações que se diferenciam das demais por conta da motivação, elas estão à serviço das pessoas, por meio da solidariedade e ajuda mútua, com papel social. A doutrina cooperativista atua como um apelo às consciências, como um modelo de educação para a solidariedade, para promoção de um sistema econômico alternativo, pautado na autonomia, justiça e democracia (Schneider, 2012).

Uma das iniciativas cooperativistas que estabeleceu as bases do modelo cooperativa utilizado ainda hoje, no Brasil e no mundo, surgiu com a Cooperativa dos Probos Pioneiros de Rochdale, fundada em 1844, por tecelões ingleses. O grupo buscava desenvolver um modelo que permitisse autonomia e independência do estado e do capitalismo vigente (Holyoake, 1933), baseado nas regras de ouro (Quadro 1), que originaram a primeira versão dos princípios do cooperativismo, atualizadas pela última vez, pela Aliança Cooperativa Internacional em 1995 (Quadro 1).

Quadro 1 – Os sete princípios do cooperativismo

7 princípios do cooperativismo		
	Estatuto da Cooperativa de Consumo de Rochdale (Holyoake, 1933)	Atualização Aliança Cooperativa Internacional (1995)
1° princípio	Adesão livre	Adesão livre e voluntária
2° princípio	Controle democrático: “um homem, um voto”	Gestão democrática pelos cooperados
3° princípio	Devolução do excedente ou retorno sobre as compras	Participação econômica dos cooperados
4° princípio	Juros limitados ao capital	Autonomia e independência
5° princípio	Neutralidade política, religiosa e racial	Educação, formação e informação
6° princípio	Vendas a dinheiro e à vista	Intercooperação
7° princípio	Fomento do ensino em todos os graus	Interesse pela comunidade

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

As cooperativas surgem como caminhos para redução de desigualdades. Segundo relatórios da Aliança Cooperativa Internacional - ICA (2020), as maiores taxas de crescimento de cooperativas se dão nos países do Terceiro Mundo, entre os considerados emergentes. Schneider (2012), traz a discussão sobre a importância norteadora dos valores cooperativistas como base do crescimento do movimento ao redor do mundo, defendendo que são essas convicções que fazem com que os indivíduos não recuem diante de desafios, mas os move em direção a objetivos que precisam ser alcançados. “Sem os valores, o cooperativismo tornar-se ia um sistema e movimento estéril e vazio de sentido” (Schneider, 2012, p.258).

A preocupação de contribuir para a construção de um mundo com mais equidade, ganha destaque no Plano Estratégico da ICA, aprovado em 2012, em Manchester, que estabelece como visão, em um planejamento estratégico que se estende até 2030, a proposta de que o cooperativismo se torne um modelo reconhecido em sustentabilidade econômica, social e ambiental (ICA, 2012).

## 5 Procedimentos metodológicos

Esta é uma pesquisa descritiva, de cunho qualitativo que teve como intuito avaliar as ações de sustentabilidade realizadas por uma cooperativa do segmento de trabalho, na área da saúde, nas três dimensões do TBL. Para tal optou-se por uma pesquisa documental baseada Relatório de Sustentabilidade da Unimed Curitiba 2020, disponibilizado pela assessoria de imprensa da organização, no ano de 2021. Este documento foi escolhido por ser fonte de evidência de ações e estratégias sustentáveis da organização. O Relatório de Sustentabilidade de 2020 possui 133 páginas que relata os programas e ações de sustentabilidade realizados pela instituição no ano de 2020. Após a leitura do documento, o conteúdo foi submetido a análise a partir dos critérios estabelecidos no Checklist Política Ambiental Empresarial (PAE), desenvolvido pelos autores, como um instrumento para a classificação das ações sustentáveis.

O instrumento possui três partes, sendo a primeira voltada para a verificação dos requisitos da NBR ISO 14001: 2015, com oito indicações de pontos a serem observados. A segunda parte trata do comprometimento da organização com a política ambiental, com base no documento *Business Charter for Sustainable Development* (1990), com dez requisitos. E a terceira parte está pautada em outras questões suplementares, baseado em Tachizawa (2002) e possui sete requisitos. O Checklist possui uma métrica que indica para cada aspecto três possibilidades: atendimento integral, não atendimento e atendimento parcial. Um ponto deve ser atribuído a opção correspondente para que, ao final da avaliação, seja possível quantificar se a organização atende em maior ou menor intensidade as diretrizes estabelecidas no PAE.

## 6 Resultados e discussão

### 6.1 A cooperativa e a sustentabilidade

A cooperativa foi fundada em 30 de janeiro de 1989, ao longo da sua trajetória se aprimorou em oferecer soluções em serviços de saúde, além de promover diretamente a medicina preventiva e curativa, de forma inovadora, humanizada, resolutiva e sustentável (UNIMED, 2022). A sustentabilidade está incorporada na estratégia e gestão da organização, estando presente em todas as atividades e ações desenvolvidas, nos documentos que orientam a as condutas e na missão, visão e valores da organização (UNIMED, 2021).

Para além da política de sustentabilidade, que traz as diretrizes que pautam a atuação da empresa neste quesito, a cooperativa também se utiliza de ferramentas para avaliar suas ações, tais como: Selo de Governança e Sustentabilidade – Unimed do Brasil, Indicadores Ethos; Resultados estratégicos; Relatório de gestão e sustentabilidade – Global Reporting Initiative, Princípios do Pacto Global; Balanço Social e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (UNIMED, 2021).

## 6.2 Apresentação e análise das ações sustentáveis da cooperativa no ano de 2020

Os resultados dessa pesquisa foram obtidos a partir da análise e cruzamento de dados do Relatório de Sustentabilidade da Cooperativa, referente ao ano de 2020, e o instrumento PAE, que permitiu a categorização das ações e a atribuição de pontuação a partir do atendimento total, parcial ou negativo de cada aspecto descrito no instrumento. A Classificação das ações, por meio do Checklist da Política Ambiental Empresarial (PAE), é apresentada no quadro 2.

Quadro 2 - Checklist da Política Ambiental Empresarial (PAE) aplicado na Cooperativa

(continua)

Checklist Política Ambiental Cooperativa de trabalho – área saúde	Existência			Observação
	Sim	Não	Parcial	
1 Requisitos da NBR ISO 14001: 2015 (item 5.2) a alta direção deve estabelecer, implementar e manter uma política ambiental que, dentro do escopo definido em seu sistema de gestão ambiental:				
1.1 seja apropriada ao propósito e ao contexto da organização, incluindo a natureza, escala e impactos ambientais das suas atividades, produtos e serviços;	XX			
1.2 proveja uma estrutura para o estabelecimento dos objetivos ambientais;	XX			<b>Água</b> Interações com a água como um recurso compartilhado, gestão de impactos relacionados ao consumo, descarga e retirada de água. <b>Resíduos</b> Peso total de resíduos perigosos por método de destinação.
1.3 expressa comprometimento com a proteção do meio ambiente, incluindo outros compromissos específicos pertinentes para o contexto da organização, como:				—
1.3.1 prevenção da poluição	XX			A gestão dos resíduos sólidos gerados por serviços de saúde é orientada pela Resolução RDC 222, de 28 de março de 2018, da Anvisa.

Checklist Política Ambiental Cooperativa de trabalho – área saúde	Existência			Observação
1.3 expressa comprometimento com a proteção do meio ambiente, incluindo outros compromissos específicos pertinentes para o contexto da organização, como:				
1.3.2 uso sustentável dos recursos	XX			Uso de arejadores nas torneiras e caixas acopladas nos vasos para otimizar o uso. Coleta da água de chuva. Monitoramento constantemente de vazamentos.
1.3.3 mitigação e adaptação à mudança climática		XX		Como diretamente a cooperativa não tem relação com questões climáticas, esse aspecto não está contemplado no relatório de sustentabilidade.
1.3.4 proteção da biodiversidade e dos ecossistemas			XX	Indiretamente, ao cuidar do descarte correto de resíduos poluentes, a cooperativa contribui para a proteção da biodiversidade e dos ecossistemas.
1.4 registra o comprometimento em atender os seus requisitos legais e outros requisitos (ambientais pertinentes inscritos pela organização)	XX			Selos de sustentabilidade e ISO 9001.
1.5 expressa o comprometimento com melhoria contínua do Sistema de Gestão Ambiental objetivando a melhora do desempenho ambiental	XX			Relatório de sustentabilidade anual.
1.6 Aponta diretriz para ser mantida como informação documentada	XX			Trabalha com indicadores no relatório de sustentabilidade.
1.7 Indica a necessidade de ser comunicada na organização princípios orientadores (verificar se cita mecanismos de comunicação)			XX	Embora o próprio relatório de sustentabilidade seja um mecanismo de comunicação, o material não apresenta como é realizada a comunicação dentro de cada programa, não menciona quais são os canais mais utilizados para comunicar com cada parte envolvida: rede interna, redes sociais, site, impressos e <i>newsletter</i> .
1.8 Ordena que esteja disponível para as partes interessadas (verificar mecanismos)	XX			Relatório está disponível para o acesso de todos.
2 Verificação do Comprometimento com a política ambiental	Sim	Não	Parcial	Observação
2.1 A minimização de impactos ambientais adversos significativos de novos desenvolvimentos, pela adoção de planejamento e procedimentos de gestão ambiental integrados	XX			Os novos processos visam a difusão de meios digitais, para minimizar impactos ambientais.
2.2 O desenvolvimento de procedimentos para avaliação de desempenho ambiental e indicadores associados	XX			Gestão dos resíduos sólidos gerados pela Resolução RDC 222, de 28 de março de 2018, da Anvisa. Programa de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS).
2.3 A incorporação da abordagem do ciclo de vida (concepção de produtos de forma a minimizar seus impactos ambientais nas fases de produção, uso e disposição final)			XX	Reciclagem de cartões vencidos.

(conclusão)

2 Verificação do Comprometimento com a política ambiental	Sim	Não	Parcial	Observação
2.4 Diretriz para redução de resíduos e de consumo de recursos, e comprometimento com a reciclagem	XX			Coleta e descarte de lixo eletrônico; Reaproveitamento de banners para produção de bolsas, pastas e <i>necessaires</i> .
2.5 Ações para educação e treinamento	XX			Programa Viva Educação e Comunicação.
2.6 Compartilhamento de experiências na área ambiental			XX	Evidenciar no relatório de sustentabilidade as experiências compartilhadas com outros cooperativas.
2.7 Envolvimento e comunicação de todos os interessados	XX			Programa de Integridade.
2.8 Busca do desenvolvimento sustentável	XX			Visão e valores da cooperativa.
2.9 Estabelece princípios (ou valores) orientadores da política ambiental	XX			Selo Ouro de Governança e Sustentabilidade.
2.10 Encorajamento do uso de SGA por fornecedores e prestadores de serviço	XX			Programa fornecimento responsável.
3 Outros Aspectos Suplementares	Sim	Não	Parcial	Observação
3.1 Perseguir a sintonia dos planos da empresa com os objetivos e planos governamentais	XX			
3.2 Garantir o atendimento e a qualidade e continuidade do suprimento ao mercado, dentro de critérios técnicos e econômicos	XX			Certificação ISO 9001:2015.
3.3 Promover a valorização e o desenvolvimento dos recursos humanos da empresa	XX			<i>Great Place to Work</i> (GPTW) – Mulher 2020.
3.4 Aprimorar técnicas gerenciais e administrativas	XX			O programa Viva Desenvolvimento.
3.5 Incrementar o desenvolvimento e a utilização de novas tecnologias	XX			Telemedicina; Autorização eletrônica; Automatização de OPME; Segurança da informação; Aplicativo Cooperado; Agenda Online; Prontuário Eletrônico.
3.6 Está vinculada aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (um ou mais objetivos – qual?)	XX			ODSs 3 e 5.
3.7 Promover a participação e o comprometimento do corpo funcional com os programas da empresa	XX			Campanhas para redução de copos plásticos, água e energia. Campanha “Eu ajudo na lata”, que estimula a arrecadação de lacres metálicos.
Total	223	1	4	

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Após a avaliação dos 28 pontos do Checklist foi atribuído um ponto para cada aspecto do PAE atendido em sua totalidade. Um ponto para cada item não atendido e um ponto para cada atividade parcialmente contemplada no relatório de ações. Ao final da avaliação, a cooperativa somou 23 pontos em aspectos atendidos, um ponto em aspecto não atendido e 4 pontos em ações parcialmente contempladas na política de sustentabilidade.

Após essa avaliação, as ações foram classificadas seguindo os três aspectos do *Triple Bottom Line*: sustentabilidade ambiental, social e econômica. O quadro 3 apresenta quais ações

foram realizadas em cada dimensão da sustentabilidade, no ano de 2020. As ações foram divididas a partir dos pilares da *Triple Bottom Line*.

Quadro 3 - Classificação das ações da cooperativa no *triple bottom line*

<b>Triple Botton Line</b>
<b>Dimensão ambiental</b>
<b>Água</b>
Uso de arejadores nas torneiras e caixas acopladas nos vasos para otimizar o uso, para controle do uso da água.
Moitoria constante para solucionar vazamentos.
Coleta de água da chuva da unidade Germano Mayer e campanhas para incentivar o consumo consciente.
<b>Resíduos</b>
Porgrama de gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), que é aplicado a todas as unidades. A gestão dos resíduos sólidos gerados por serviços de saúde é orientada pela resolução RDC 222, de 28 de março de 2018, da Anvisa.
Coleta e descarte de lixo eletrônico.
Reaproveitamento de banners para produção de bolsas, pastas e necessaires.
Coleta de resíduos provenientes do Home Care, por meio da disponibilização de sacos específicos paa descarte dos frascos de medicações, seguindo a classificação de resíduos em saúde, ação que permite o envolvimento dos clientes nessa ação ambiental.
Reciclagem dos cartões dos clientes que, após vencimento, são recolhidos e enviados para reutilização do material.
Ações de redução de consumo de materiais como copos plásticos, papel e energia pelos funcionários.
<b>Dimensão social</b>
Programa Viva Educação e Comunicação, que visa proporcionar uma comunicação contínua com os colaboradores e viabiliza capacitações e formações.
Programa fornecimento responsável que visa incentivar e garantir o respeito às pessoas e ao meio ambiente, ao desenvolvimento de boas práticas e a observância no cumprimento das obrigações legais e trabalhistas.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Na dimensão social, foram classificadas ações que impactam a comunidade, promovendo emprego, renda ou ainda acesso à educação, além da promoção de maior qualidade de vida para os colaboradores por meio de projetos internos. E, na esfera econômica, foram elencadas ações que impactam direta ou indiretamente nos resultados financeiros da organização, seja por meio de processos de qualidade ou por meio do desenvolvimento de capacidades técnicas e psicológicas para que os colaboradores desenvolvam serviços com maior qualidade e excelência. Na ambiental, foram destacadas ações que provocam, direta ou indiretamente, algum impacto positivo no processo de preservação do meio ambiente.

A cooperativa deixa evidente em sua visão o interesse e compromisso com a sustentabilidade, assim como destaca em seus valores a busca pela sustentabilidade econômica, social e ambiental, atendendo ao item 2.9 - Estabelece princípios (ou valores) orientadores da política ambiental, do quadro 2. A produção de um Relatório Anual de Sustentabilidade é outra demonstração do compromisso da cooperativa em divulgar ações de conscientização ambiental, realizadas dentro da organização, com as comunidade e prestadores de serviços, em

cumprimento ao item 1.7, do quadro 2, que indica a necessidade de ser comunicada na organização princípios orientadores, assim como o item 2.7, do quadro 2, que prevê o envolvimento e comunicação de todos os interessados. O material promocional, que também é distribuído para colaboradores, clientes e fornecedores, cumprindo o papel de prestação de contas a comunidade sobre as ações realizadas.

### 6.3 Eixo Ambiental

No que se refere a dimensão ambiental, conforme quadro 3, a cooperativa atua com foco em dois aspectos principais: água e tratamento de resíduos. Dentro da dimensão recurso hídrico, atendendo ao item 1.3.2, do quadro 2, a instituição tem como meta a redução do consumo nas unidades de atendimento. Para isso, utiliza arejadores nas torneiras e caixas acopladas nos vasos para otimizar o uso. Também coleta água de chuva na unidade Germano Mayer e realiza campanhas para incentivar o consumo consciente. Outro aspecto adotado nesse controle é o monitoramento constante do consumo das unidades para identificar possíveis vazamentos. O volume utilizado nos últimos três anos apresentou variação significativa, passando de 1.887 m<sup>3</sup> em 2018, para 2.086 m<sup>3</sup> em 2019 e reduzindo para 1.148 m<sup>3</sup> em 2020, impacto relacionado com a adoção da política de home office, por conta da pandemia, atendendo o item 2.2, do quadro 2, que estabelece o desenvolvimento de procedimentos para avaliação de desempenho ambiental e indicadores associados.

O outro pilar do trabalho ambiental desenvolvido pela cooperativa é o voltado a separação e ao descarte de resíduos, referenciando os itens 1.3.1, do quadro 2, que fala sobre a redução da poluição, o 1.3.4, do quadro 2, que trata a necessidade da preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, bem como o 2.4., do quadro 2, que define a necessidade de uma diretriz para redução de resíduos e de consumo de recursos, e comprometimento com a reciclagem. A gestão é feita a partir de duas categorias: resíduos administrativos, que compreendem resíduos dos escritórios, cozinhas e banheiros. E resíduos de saúde, que são aqueles provenientes dos laboratórios e Home Care. Esses são resíduos infectantes, químicos e perfurocortantes, como: seringas, máscaras, luvas, curativos, frascos de medicamentos, agulhas, entre outros.

Os resíduos administrativos, como papel, plástico, metais e vidro, são separados e encaminhados à reciclagem realizada por terceiros. Enquanto os não-recicláveis são encaminhados para aterro sanitário por uma empresa parceira. A gestão dos resíduos sólidos

gerados por serviços de saúde é orientada pela Resolução RDC 222, de 28 de março de 2018, da Anvisa. Ela trata as práticas de manejo, armazenamento, coleta, transporte e destinação final desses resíduos, de acordo com o grupo de risco. Para atendê-la, a cooperativa desenvolveu o Programa de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), que é aplicado em todas as unidades. O desafio, em 2020, foi em relação à gestão dos resíduos contaminados pela COVID-19. Além do descarte dos EPIs usados na linha de frente no combate à pandemia, como luvas, aventais e máscaras, também foram gerados resíduos contaminados provenientes de testes para identificação dos casos. O protocolo para manejo e descarte desses materiais seguiu as diretrizes do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, que inclui informações sobre resíduos infectantes e agentes biológicos.

A cooperativa é um ponto de coleta de lixo eletrônico. Os itens são recebidos e descartados de maneira ambientalmente correta, conforme a legislação, normas e regulamentos aplicáveis no estado de Paraná, por meio de uma empresa parceira, atendendo ao item 2.4, do quadro 3, que estabelece uma diretriz para redução de resíduos e de consumo de recursos, e comprometimento com a reciclagem. Também realiza a coleta de resíduos provenientes do Home Care, por meio da disponibilização de sacos específicos para descarte dos frascos de medicações, seguindo a classificação de resíduos em saúde, ação que permite o envolvimento dos clientes nessa ação ambiental.

As medidas de redução de consumo de recursos hídricos, energéticos e de materiais, bem como as estratégias de reciclagem, encontram apoio em pesquisas como a de Araújo *et al.* (2006). Corroborando com as pesquisas de área de sustentabilidade ao demonstrar o interesse na redução do impacto negativo causado no meio ambiente, tendo em vista que toda a atividade econômica causa, em menor ou maior grau (Pereira, 2014). Os mecanismos de controle do uso de recursos e a reciclagem são ainda medidas para realizar o desenvolvimento econômico de maneira conectada a conservação dos recursos naturais (Sato, Carvalho, 2005).

Atendendo ao item 2.3, do quadro 2, que prevê a incorporação da abordagem do ciclo de vida (concepção de produtos de forma a minimizar seus impactos ambientais nas fases de produção, uso e disposição final), a cooperativa promove a reciclagem dos cartões dos clientes que, após vencimento, são recolhidos e enviados para reutilização do material, permitindo o aproveitamento de 40% do plástico que é transformado em novos cartões. Em 2020, foram 225 quilos de cartões reciclados. Projeto que promove o que Leff (2006) classifica como condições ecológicas de produção sustentável.

## 6.4 Eixo social

As ações de sustentabilidade da cooperativa atendem também a dimensão social, conforme quadro 3. O projeto de reaproveitamento de banners permite que esse material seja usado como matéria prima na produção de bolsas, pastas e necessaires, por organizações sociais parceiras. Outro projeto da cooperativa que envolve colaboradores e comunidade é o “Eu ajudo na lata”, que permite a compra de cadeiras de rodas, cadeiras de banhos, andadores, entre outros equipamentos que contribuem para a melhoria da acessibilidade das pessoas, por meio da venda de lacres metálicos. A arrecadação do último ano possibilitou a compra de duas cadeiras de banho, uma cadeira de rodas, um oxímetro, um termômetro de testa e um aparelho para aferição de pressão. Essas ações encontram respaldo nos aspectos equidade e distribuição de renda, defendidos por Barbieri e Cajazeira (2009), como fundamentais para uma sociedade mais sustentável.

Cumprindo com o que prevê o item 2.5, do quadro 3, que versa sobre as ações para educação e treinamento, a cooperativa realiza um programa de formação contínua, em alinhamento com o que Elkington (2012) aborda como a educação empresarial para a sustentabilidade. O Viva Educação e Comunicação é um pilar cujo objetivo é proporcionar uma comunicação contínua com os colaboradores, bem como viabilização de capacitação e formação. Este é composto pelo “Programa de Desenvolvimento Educacional Bolsa de Estudos”, o qual contemplou 80 colaboradores; e o “Programa RH Perto de Você Online”, com 84 atendimentos.

Outro programa é o “Educação em Compliance”, que tem por objetivo fomentar a integridade por meio do senso crítico para que cada integrante do público interno seja um agente real de mudança da sociedade. Todas as mudanças e inovações realizadas em 2020 no programa foram comunicadas aos colaboradores e demais públicos por meio de treinamentos, bem como canais oficiais de comunicação. Ao todo, foram realizados quase 40 horas de treinamentos virtuais sobre temas de Compliance, alcançando a marca recorde de 1.614 participantes em um ano tão atípico. Os programas de formação da cooperativa ajudam a cumprir com o que Galleli, Hourneaux (2009) denomina como aspectos psicológicos da organização, que passa a apresentar um pensamento voltado ao comprometimento com a sustentabilidade.

Em cumprimento ao proposto no item 3.6, do quadro 2, que trata do vínculo das ações sustentáveis aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a cooperativa foi certificada com o Selo Sesi ODS 2020, em reconhecimento às ações e boas práticas de prevenção à COVID-19,

atendendo a ODS 3 – assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Para além o que foi apresentado, a cooperativa desenvolveu uma série de projetos de incentivo ao desenvolvimento de lideranças femininas, concedendo bolsas de estudo a suas colaboradoras. As ações renderam uma posição no ranking nacional da GPTW entre as melhores empresas para a mulher trabalhar no Brasil, cumprindo o 5º objetivo de desenvolvimento sustentável, que é alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Essas ações de formação e educação cumprem com o objetivo de auxiliar na promoção de um ambiente de trabalho equilibrado e inclusivo (Pereira, 2014; Aspinall, Cukier, Doberstein, 2011).

Os colaboradores são convidados a participarem de ações de redução de consumo de materiais como copos plásticos, papel e energia. Embora os números tenham sido impactados pelo regime de home office, a cooperativa conquistou uma diminuição de 91% no uso de copos. A redução do consumo de energia também merece destaque, 24% em relação ao consumo de 2019.

Cumprindo com o item 2.10, do quadro 2, que estabelece o encorajamento do uso de Sistema de Gestão Ambiental - SGA por fornecedores e prestadores de serviço, a cooperativa realiza o programa Fornecimento Responsável. Os parceiros interessados em fornecer os materiais diretos e indiretos para a organização devem estar alinhados com os requisitos contidos no Manual do Fornecedor cuja adequação segue os critérios da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD e da Política de Compliance de Relacionamento com Fornecedores. Elas estão disponíveis no Portal da cooperativa. Por meio desses mecanismos, refletidos também nas cláusulas contratuais, visa incentivar e garantir o respeito às pessoas e ao meio ambiente, ao desenvolvimento de boas práticas e a observância no cumprimento das obrigações legais e trabalhistas.

Dentre as obrigações de responsabilidade social da contratada estão a não aceitação de casos de trabalho infantil e análogo ao escravo na cadeia de fornecimento. Periodicamente são avaliados os fornecedores homologados diretos e indiretos com o objetivo de manter uma base saudável, bem como mapear oportunidades de melhoria. Caso seja identificado, pela cooperativa, algum ponto crítico em seus parceiros, ela realiza reuniões e planos de ação de melhoria para solucionar o problema e elevar o nível do produto ou serviço prestado. Ainda dentro das ações sociais, em 2020, a organização aplicou um Questionário de Autoavaliação em 142 fornecedores sobre requisitos socioambientais com o objetivo de manter uma base saudável e mapear oportunidades de melhoria. Essas últimas ações possuem aderência com o conceito

apresentado por Munck *et al.* (2013), que descreve a necessidade de as organizações envolverem toda a rede de atores que fazem parte dela, direta ou indiretamente, em ações que contribuem para um futuro melhor para todos. Tornando a sustentabilidade um compromisso de toda a comunidade (Pereira, 2014).

## 6.5 Eixo econômico

No que se refere ao item 3.2, do quadro 2, que prevê a garantia do atendimento e a qualidade e continuidade do suprimento ao mercado, dentro de critérios técnicos e econômicos, a organização possui a certificação ISO 9001:2015, demonstrando que adota um sistema de gestão da qualidade robusto, fundamental para que a cooperativa possa melhorar seu desempenho global e a prover uma base sólida para um desenvolvimento sustentável. A manutenção da ISO, demonstra a atenção à escala sustentável de desenvolvimento que a cooperativa buscar desenvolver, aspecto do compromisso com as futuras gerações (Romeiro, 2012).

Atendendo ao proposto no item 3.4, do quadro 2, que versa sobre o aprimoramento de técnicas gerenciais e administrativas, a organização promove o programa Viva Desenvolvimento, que forma e desenvolve talentos humanos na Gestão dos Negócios, por meio da aprendizagem e gestão do conhecimento, com foco nos resultados organizacionais. O programa é composto por cinco escolas: Escola de Cooperativismo e Sustentabilidade, Escola de Líderes, Escola de Qualidade Assistencial, Escola de Qualidade no Atendimento e Escola de Estratégia e Inovação. Em 2020, foram realizados 720 treinamentos e capacitações, com 15.645 participações ao todo. Para encerrar as ações do Viva Desenvolvimento, foi realizada a palestra “Propósito e Protagonismo – o futuro do trabalho e o trabalho do futuro”, com Marcos Piangers, que contou com a participação de 692 colaboradores.

O incremento de desenvolvimento e utilização de novas tecnologias, previsto no item 3.5, do quadro 2, também foi cumprido. O projeto Home Office possibilitou a aquisição e manutenção de equipamentos e infraestrutura, investimento em integração de sistemas, plataformas, ferramentas e equipamentos para atendimento e comunicação online, segurança da informação, políticas e processos para garantir que os colaboradores pudessem trabalhar de casa com segurança.

Outra ação é a Telemedicina, que se tornou possível a partir de investimentos em infraestrutura e soluções de tecnologia e segurança da informação para atender os clientes com

suspeita de COVID-19 na área de Serviços Próprios. A pandemia do Covid-19 também acelerou o mapeamento nos canais de atendimento com o objetivo de identificar melhorias, necessidades de investimento em soluções de tecnologia para implementar novas funcionalidades, automatizar fluxos e processos administrativos, ampliar nossa capacidade de armazenamento de dados e a segurança da informação, melhorando a comunicação e resposta com os nossos públicos de relacionamento. A autorização eletrônica de guias foi revisada para facilitar o processo de liberação tanto para o cliente quanto para o médico cooperado. O processo remoto evita a necessidade de contato presencial, reduzindo os riscos de contágio do corona vírus.

Em 2020, outro investimento realizado em 2020 foi a Automatização de processos de Órteses, Próteses e Materiais Especiais - OPME, com o objetivo de evitar o extravio de documentações e o descumprimento de prazos para a solicitação de OPMEs, simplificando e agilizando procedimentos e facilitando o sistema de pagamento para nossos fornecedores. No que se refere a segurança da informação, foram realizados investimentos para integração de plataforma, sistemas e processos, bem como políticas internas para atender aos requerimentos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, além de ampliar a capacidade de armazenamento de dados. E ainda foram investidos recursos para produção de informes e notas técnicas relacionados à COVID-19, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisão no enfrentamento da crise sanitária, elaborados por um grupo de especialistas da equipe do Centro de Pesquisa e Inovação - CPI.

Foram ainda desenvolvidos: (I) aplicativo Cooperado, para que o médico possa consultar os processos prática e eficaz, realizar inscrições nas ações de relacionamento, visualizar a quantidade de eventos liberados, dentre outros; (II) Agenda Online, pela qual é possível gerenciar a agenda médica e a marcação de consultas de forma totalmente online; (III) Prontuário Eletrônico, ferramenta que torna o processo de atendimento mais seguro e eficaz, pois é possível registrar os eventos de saúde dos clientes no prontuário eletrônico; (IV) Guia Fácil, que permite que médicos, clientes e prestadores da rede credenciada consultem pelo Portal quais pedidos necessitam de documentos e informações complementares, agilizando o processo de deliberação.

Os aspectos apresentados nos parágrafos acima demonstram que a cooperativa está comprometida com a gestão eficiente dos recursos, sejam eles humanos (projeto de home office para garantir a saúde da equipe) ou no que se refere as melhorias tecnológicas, que garantiram que fosse mantida a capacidade de produção, sem depender de recursos finitos, promovendo maior agilidade e economia de recursos como o papel das guias (Barbieri, Cajazeira, 2009).

## 7 Considerações finais

Esta pesquisa teve como objetivo avaliar as ações de sustentabilidade realizadas por uma cooperativa do segmento de trabalho, na área da saúde, e classificá-las dentro das três dimensões do *Triple Bottom Line (TBL)*: ambiental, social e econômico. A classificação se deu por meio do uso do Checklist PAE - Política Ambiental Empresarial. Observou-se que embora a cooperativa não possua a certificação ISO 14001:2015, as questões norteadoras da ISO usadas para compor o instrumento de avaliação PAE foram atendidas. No entanto, identificou-se a necessidade de detalhar no relatório quais são os mecanismos de comunicação das ações com os *stakeholders* no dia a dia. No que se refere a segunda parte do PAE, que verifica o comprometimento com a política ambiental e questões suplementares, identificou-se como oportunidade de melhoria a divulgação do compartilhamento de projetos e experiências ambientais com outras cooperativas ou empresas parceiras.

Com relação ao *Triple Bottom Line*, percebe-se por meio da análise do relatório de sustentabilidade que a cooperativa promove ações relacionadas aos três pilares, contemplando em sua política de sustentabilidade os aspectos social, econômico e ambiental. No entanto, identificou-se a necessidade de maior atenção aos processos estratégicos de gestão, para apresentação de soluções sustentáveis para o desenvolvimento econômico da cooperativa, tendo em vista que o aspecto econômico demonstrou menor volume de ações descritas no relatório. O destaque é o número de ações em sustentabilidade social. Dessa forma, a cooperativa demonstra o cumprimento de seu compromisso sustentável e a efetivação do quinto princípio do cooperativismo que é Educação, formação e informação e do sétimo princípio, que é o interesse pelo desenvolvimento da comunidade.

Como contribuições do estudo, foram apontadas oportunidades de melhorias, como a necessidade de processos mais detalhados de comunicação das ações de sustentabilidade junto as comunidades onde a cooperativa atua e ainda a necessidade de maiores investimentos no desenvolvimento do eixo sustentabilidade econômica, que apresentou o menor número de projetos no relatório de sustentabilidade de 2020. Outra contribuição é a apresentação de um instrumento que permite avaliar a política de sustentabilidade, que pode ser aplicado em outras organizações ou empresas, de diferentes segmentos. O instrumento também pode ser usado como um norteador, indicando aspectos essenciais que devem ser considerados na elaboração de uma política de sustentabilidade.

Como limitação do estudo, aponta-se a possível lacuna entre o discurso e a prática, visto que não foi possível realizar entrevistas com os principais atores envolvidos no processo de sustentabilidade da cooperativa. Além disso, apesar de constituir o resumo das principais ações institucionais, a análise apenas do relatório de sustentabilidade é insuficiente para compreender toda a complexidade da política de sustentabilidade da cooperativa e o envolvimento dos *stakeholders* nesse processo.

Para estudos futuros, sugere-se investigações *in loco* para averiguar o contexto das ações, bem como a realização de entrevistas com representantes da comunidade, colaboradores e prestadores de serviços, a fim de incorporar diferentes focos de análise. Outro foco de estudo seria uma pesquisa quantitativa que pudesse estimular o quanto as ações de sustentabilidade impactam a cooperativa, no que se refere a aspectos econômicos e a percepção de valor da marca junto ao mercado.

## Referências

- ABNT, N. B. R. 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: **Associação Brasileira de Normas Técnicas**, 2015.
- ALMEIDA, Fernando. O bom negócio da sustentabilidade. In: **O bom negócio da sustentabilidade**. 2002. p. 191-191.
- ASHLEY, R. *et al.* Making more sustainable decisions for asset investment in the water industry- Sustainable Water industry Asset Resource Decisions-the SWARD project. In: **Global Solutions for Urban Drainage**. 2002. p. 1-16.
- ASPINALL, Alison; CUKIER, Judie; DOBERSTEIN, Brent. Quality of life assessments and social sustainability: Ski Tourism development in Invermere, British Columbia. **Journal of Environmental Assessment Policy and Management**, v. 13, n. 02, p. 179-201, 2011.
- BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. Saraiva Educação SA, 2009.
- BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRA, Jorge. Responsabilidade e sensibilidade social. **Comunicação corporativa e reputação: construção e defesa da imagem favorável**. São Paulo: Saraiva, p. 119-145, 2010.
- CASTELLS, Manuel. Urban sustainability in the information age. **City**, v. 4, n. 1, p. 118-122, 2000.
- CIRELLI, G. A.; KASSAI, J. R. (2010). Análise da percepção sobre sustentabilidade por parte de stakeholders de uma instituição financeira: um estudo de caso. **Anais do 10º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**, 2010.
- Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente. **“Our Common Future”**. New York: Oxford University Press, 1987, 383 p.
- DE ARAÚJO, Geraldino Carneiro *et al.* Sustentabilidade empresarial: conceito e indicadores. **Anais do**, v. 3, p. 70-82, 2006.

- ELKINGTON, J. **Cannibals with forks – Triple bottom line of 21st century business**. Stoney Creek, CT: New Society Publishers, 1997.
- ELKINGTON, John; FENNELL, Shelly. Partners for Sustainability. **Greener Management International**, n. 24, 1998.
- ELKINGTON, J. Sustentabilidade, canibais com garfo e faca. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.
- GALLELI, Barbara; JUNIOR, Flavio Hourneaux. Human competences for sustainable strategic management: evidence from Brazil. **Benchmarking: An International Journal**, v. 28, n. 9, p. 2835-2864, 2019.
- HOLYOAKE, G.J. (1933). **Os 28 Tecelões de Rochdale**. Rio de Janeiro; GB, Brasil, 1933.
- ICA. Informe Anual Aliança Cooperativa internacional, 2020.
- ICC - Internacional chambre of commerce. Competition Policy and Environmental Sustainability Policy papers and recommendations - Antitrust, Competition, Environment, Energy, Sustainability, 2020.
- JARZABKOWSKI, P. Strategic practices: an activity theory perspective on continuity and change. **Journal of Management studies**, v. 40, n. 1, p. 23-55, 2003.
- JARZABKOWSKI, P. Strategy as practice: an activity based approach. Sage, 2005. 203pp.
- JACKSON, T. Prosperity without growth? The transition to a sustainable economy. UK: *Sustainable Development Comission*, 2009.
- KLEINDORFER, Paul R.; SINGHAL, Kalyan; VAN WASSENHOVE, Luk N. Sustainable operations management. **Production and operations management**, v. 14, n. 4, p. 482-492, 2005.
- LASSERRE, G. Cooperativismo. Barcelona: Oikos-Tau, 1972.
- LEFF, Enrique; CABRAL, Luis Carlos. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. In: **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. 2006. p. 555-555.
- MUNCK, Luciano, *et al.* Em busca da sustentabilidade organizacional: a proposição de um framework. *Revista Alcance*, v. 20, n.4 (Out-Dez), p. 460-477, 2013.
- NORMAN, Wayne; MACDONALD, Chris. Getting to the bottom of “triple bottom line”. *Business ethics quarterly*, v.14. n. 2, p. 243-262, 2004.
- PEREIRA, Marcela Semeghini. OS PRINCÍPIOS DO THE TRIPLE BOTTON LINE E O MEIO AMBIENTE DE TRABALHO: NECESSIDADE DE CONVERGÊNCIA. **Revista Argumentum-Argumentum Journal of Law**, v. 15, p. 389-407, 2015.
- POPE, Jenny; ANNANDALE, David; MORRISON-SAUNDERS, Angus. Conceptualising sustainability assessment. **Environmental impact assessment review**, v. 24, n. 6, p. 595-616, 2004.
- Philippi, L. S. A Construção do Desenvolvimento Sustentável. **Educação Ambiental Questões Ambientais – Conceitos, História, Problemas e Alternativa**. 2ª Ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.
- ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos avançados**, v. 26, p. 65-92, 2012.
- SACHS, Wolfgang (Ed.). **Global ecology: A new arena of political conflict**. Zed Books, 1993.
- Sachs, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SATO, M., , CARVALHO, I. C. M. **Educação Ambiental**. Porto Alegre, Artmed, 2005.

Schneider, J. O. A Doutrina do Cooperativismo: Análise do Alcance, do Sentido e da Atualidade dos seus Valores, Princípios e Normas nos Tempos Atuais. **Cadernos de Gestão Social, UFBA**, v.3, n.2, jul./ dez. 2012.

UNIMED. Relatório de Sustentabilidade 2020. Curitiba: UNIMED, 2021. Disponível em: [Unimed+Curitiba +Relatório+de+Sustentabilidade 2020-compactado 0.pdf](#).

UNIMED. Curitiba: UNIMED, 2022. Disponível em: <http://www.unimedcuritiba.com.br>.

VAN BELLEN, Hans Michael. As Dimensões do Desenvolvimento: um estudo exploratório sob a perspectiva das ferramentas de avaliação. **Revista de Ciências da Administração**, v. 12, n. 27, p. 143-168, 2010.

VICTOR, P. Managing without growth – slower by design not disaster. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2008.

TACHIZAWA, T.. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. São Paulo: Atlas, 2002.